

# **Relatório e Contas de 2013**

**Relatório de Gestão**

**Balanço**

**Demonstração dos Resultados por Natureza**

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**

**Demonstração da Prestação de Contas do Fundo Cultural**

**Demonstração das Alterações no Capital Próprio**

**Anexo às Demonstrações Financeiras**

**Certificação Legal das Contas**

**Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**



# **Relatório de Gestão**

## **1**



## **RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2013**

### **I. Enquadramento geral da actividade de cobrança desenvolvida em 2013**

O ano de 2013 veio acentuar a queda de receitas da AGECOP, como era expectável, dado que da parte das entidades competentes houve uma ignorância absoluta e uma inacção renovada, quanto à necessidade inadiável de revisão da Lei da Cópia Privada.

Uma análise simples permite perceber onde reside a questão: a AGECOP não está a cobrar, dado que tal não está previsto na Lei, sobre instrumentos e suportes digitais que passaram a ser os mais utilizados por todos os consumidores e continua a recolher direitos sobre suportes já totalmente ultrapassados e que vão progressivamente deixando de existir no mercado.

Assim, as receitas vão diminuindo drasticamente (cerca de 90% entre 2006 e 2013) e a tendência é de se chegar a um ponto em que o que está previsto na Lei, não poderá ser facturado porque o mercado não o utiliza mais.

Pelo que 2014 poderá ser o último ano em que a actividade da AGECOP conseguirá ser exercida, com a Lei existente.

Se o Estado não tomar as medidas que constam do Programa do Governo, no sentido de integrar na Lei da Cópia Privada os instrumentos e suportes que são efectivamente usados neste momento, a AGECOP corre o risco de encerrar.



Os prejuízos que esta realidade vem causando aos autores e criadores, artistas e intérpretes, editores e produtores e meios de comunicação social são inúmeros e provocam danos irreversíveis na compensação equitativa que a Lei da Cópia Privada lhes devia proporcionar.

Os quadros seguintes são demonstrativos do que atrás se disse:

**Quadro 1 - Facturação AGE COP 2006-2013**

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Varição 2006-2013 %
Dep. DCSA 1)	6.907.733,99	5.890.973,52	4.629.468,82	3.833.470,61	2.224.882,79	1.672.371,72	1.208.065,18	784.612,88	-89%
Dep. RPG 2)	9.038,40	23.883,19	20.270,86	18.348,43	8.321,46	16.591,83	27.332,71	10.942,96	21%
<b>Total facturado</b>	<b>6.916.772,39</b>	<b>5.914.856,71</b>	<b>4.649.739,68</b>	<b>3.851.819,04</b>	<b>2.233.204,25</b>	<b>1.688.963,55</b>	<b>1.235.397,89</b>	<b>795.555,84</b>	<b>-88%</b>

1) Departamento de cópia sonora e audiovisual

2) Departamento de reprografia

**Quadro 2 - Estudo Quantitativo de Vendas de Suportes e Equipamentos Contemplados na Lei da Cópia Privada**



ESTUDO QUANTITATIVO DE VENDAS DE SUPORTES E EQUIPAMENTOS, NO MERCADO NACIONAL

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2006-2012
	100% mercado unidades	100% mercado unidades	100% mercado unidades	100% mercado unidades	100% mercado unidades	100% mercado unidades	100% mercado unidades	Variação %
Contemplados na Lei								
CASSETES DE AUDIO *	225.090	0	0	0	0	0	0	-100,00%
CASSETES DE VÍDEO *	1.406.355	1.046.548	671.948	478.067	262.267	49.604	0	-100,00%
DISCOS CD	41.459.810	33.761.455	23.902.464	19.154.734	14.454.097	11.464.569	5.726.801	-86,19%
DISCOS DVD	26.494.738	30.273.022	25.132.539	21.437.176	17.841.155	14.275.179	6.526.755	-75,37%
								Varição total média -90,39%

\* A GfK começa a auditar ou finaliza de auditar os produtos consoante o seu interesse comercial, ou seja, consoante a dimensão dos mercados.

# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

## Quadro 3 - Estudo Quantitativo de Vendas de Suportes e Equipamentos Não Contemplados na Lei da Cópia Privada

Fonte:



ESTUDO QUANTITATIVO DE VENDAS DE SUPORTES E EQUIPAMENTOS, NO MERCADO NACIONAL

Não contemplados na Lei	2006-2012
DISCOS HD (ex. Blu-Ray)	
MEMÓRIAS USB	
CARTÕES DE MEMÓRIA	
DISCOS RIGÍDOS EXTERNOS	
COMPUTADORES FIXOS	
COMPUTADORES PORTÁTEIS	
MEDIA TABLETS *	
CONSOLAS DE JOGOS	
LEITORES DE MP3/MP4	
SET-TOP-BOXES COM DISCO RIGÍDO *	
TV COM DISCO RIGÍDO	
TV COM GRAVADOR DE DVD	
SISTEMA DE SOM COM DISCO RIGÍDO	
SISTEMA DE SOM COM GRAVADOR DE DVD	
LEITOR DE DVD/BLU-RAY COM DISCO RIGÍDO	
LEITOR DE DVD/BLU-RAY COM GRAVADOR DE DVD	
SMART-MOBILEPHONES COM MEMÓRIA INTERNA	
SMART-MOBILEPHONES COM SLOT PARA CARTÃO DE MEMÓRIA	
SMART-MOBILEPHONES COM MEMÓRIA INTERNA E SLOT PARA CARTÃO DE MEMÓRIA	
<b>Crescimento total médio 2006-2012</b>	<b>8186%</b>

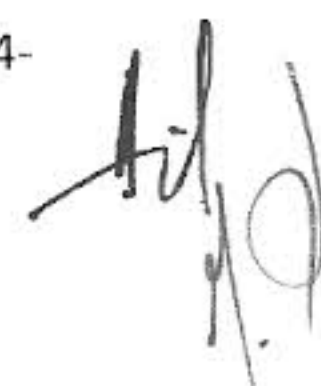
\* - Início em 2009

NOTA: A GfK começa a auditar ou finaliza de auditar os produtos consoante o seu interesse comercial, ou seja, consoante a dimensão dos mercados.

Analisando as cobranças efectuadas ao longo do ano de 2013, são de destacar os seguintes dados:

- € 795.555,84 de facturação total – este valor inclui a facturação do Departamento de Reprografia, no valor de € 10.942,96 e do Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual, na quantia de € 784.612,88 relativa à cobrança das remunerações incidentes sobre as vendas de equipamentos e suportes sujeitos a remuneração, fundamentalmente referentes aos anos de 2012 e 2013, excluindo apenas o último trimestre do ano civil a que se reporta o presente relatório, cuja declaração apenas será efectuada em 2014. De notar





# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

que se verificou um decréscimo de € 439.842,05 relativamente a 2012, que teve uma facturação de € 1.235.397,89. Assim, a facturação deste ano foi 35,60% inferior à do ano passado. Não obstante o valor facturado corresponde a 88,40% da facturação orçamentada (€ 900.000,00).

- Quanto aos recebimentos efectivos, independentemente do trimestre a que respeitam, totalizam o valor de € 894.324,60, sendo € 13.834,48 da Reprografia e € 880.490,12 da Cópia Sonora e Audiovisual. Em 2012 as cobranças totais ascenderam a € 1.217.082,07, sendo portanto o valor de 2013 inferior ao do ano anterior em 26,52%.

Os valores cobrados no ano de 2013 encontram-se melhor detalhados, por mês, no **anexo 1**.

No que respeita ao **Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual**, manteve-se a tendência de um decréscimo significativo nos valores declarados e posteriormente facturados pela AGE COP, que se tem verificado desde 2006, conforme resulta do **anexo 2**. Ainda assim o ratio de cobrança face aos valores declarados situa-se nos 97,75%, conforme **anexo 3**.

Dos quadros do **anexo 2** resulta clara a confirmação da tendência de uma enorme diminuição dos suportes declarados, passando de 13.043.698 unidades em 2012 para 8.471.397 unidades em 2013.

Os aparelhos e suportes actualmente incluídos no âmbito da remuneração pela cópia privada já estão claramente ultrapassados em termos de vendas pelos novos



# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

dispositivos de armazenamento que permitem reproduzir conteúdos protegidos e que actualmente não são objecto de remuneração, conforme já se disse atrás.

Referimo-nos aos leitores de MP3 e MP4, aos telemóveis, smartphones, tablets, cartões de memória, discos (internos e externos, que incluem os designados discos multimédia, com uma capacidade média de 500 GB), blu-ray, pen-drives, boxes digitais, entre outros dispositivos de armazenamento, com capacidades muito superiores às dos CD e DVD, que estão a cair em desuso.

A venda crescente de novos suportes que permitem efectuar reprodução de obras que não são abrangidos pela remuneração não é, no entanto, a única causa que justifica a diminuição de cobranças.

A ausência de uma fiscalização permanente e efectiva tem contribuído para que a fraude seja crescente no mercado português.

As alterações legislativas em curso no âmbito da revisão da Lei da Cópia Privada, possibilitarão, assim esperamos, o alargamento do objecto das cobranças.

Em 2013 manteve-se a política de recuperação de crédito definida para 2012.

No que respeita ao **Departamento de Reprografia**, os dados de cobrança referentes a 2013 revelam uma facturação de € 10.942,96 e recebimentos de € 13.834,48. Os dados comparativos de facturação e recebimentos encontram-se melhor detalhados no **anexo 1**.



# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

A quebra existente demonstra que a Lei em vigor é claramente insuficiente e inadequada, causando prejuízos aos titulares de direitos que assim são coarctados do seu direito à remuneração pela reprodução que é feita das suas obras e edições.

## **II. Alteração da Lei – Alguns dados históricos sobre as acções levadas a cabo pela AGE COP:**

**2008** - Foi apresentada ao Ministro da Cultura, ao Ministro dos Assuntos Parlamentares, aos Grupos Parlamentares e à 13.<sup>a</sup> Comissão de Assuntos Parlamentares uma proposta de alteração da Lei na globalidade, devidamente fundamentada na experiência resultante do trabalho desenvolvido pela AGE COP.

**2009** - Foi a versão de 2008 revista quanto a aspectos procedimentais relevantes.

**2010** - Foi reforçada a regularidade dos contactos com as entidades responsáveis pela alteração da Lei. Ao nível do Governo, através de audiências com a Ministra da Cultura e o Ministro dos Assuntos Parlamentares, e com membros dos respectivos Gabinetes, com representantes do Gabinete do Direito de Autor e do GPEARL, do gabinete do Secretário de Estado da Inovação – Plano Tecnológico; ao nível da Assembleia da República, através de reuniões com representantes dos Grupos Parlamentares e de uma audiência com o Presidente da 13.<sup>a</sup> Comissão.

**2011** - Foram intensificados os esforços, tendo no primeiro trimestre do ano, sido apresentado um projecto de Proposta de Lei por parte do então Ministério da Cultura. Lamentavelmente, e apesar de todos os esforços e alertas formulados pela AGE COP, a proposta não chegou a ser formalmente apresentada nessa legislatura.



# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

**2012** - Essa proposta foi retomada pelo grupo parlamentar do Partido Socialista, agora sob a forma de Projecto Lei, projecto esse que após vicissitudes várias – que por serem públicas, nos dispensamos de enumerar – acabou por ser retirado, pelos proponentes, sem qualquer votação.

Temos assim que, apesar dos esforços concertados da AGE COP e dos seus associados, das inúmeras reuniões havidas - designadamente Secretaria de Estado da Cultura, Ministério da Economia, com todos os Grupos Parlamentares, bem como audições nas respectivas Comissões - da informação veiculada e dos elementos e dados objectivos apresentados, continuou a não existir, em Portugal, um regime eficiente, justo e equitativo de remuneração pela cópia privada.

**2013** - Em Janeiro a Direcção teve uma audiência com o Secretário de Estado da Cultura e esteve presente na reunião da Secção Especializada de Direitos de Autor e Direitos Conexos do Conselho Nacional de Cultura, onde foi apresentada a Proposta de Lei do Governo pela Secretaria de Estado da Cultura, tendo a mesma sido objecto de comentários conjuntos formulados pela AGE COP e pelas associadas que a eles entenderam aderir. Lamentavelmente e até ao momento, a Proposta de Lei não chegou sequer a dar entrada formal na Assembleia da República.

Em Fevereiro a AGE COP procedeu também ao envio de comentários conjuntos relativos à proposta de alteração à lei das Entidades de Gestão Colectiva do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, para a Secretaria de Estado da Cultura.

A Direcção da AGE COP desenvolveu de novo contactos com os Grupos Parlamentares e Comissões envolvidas (1ª e 8ª), ocorrendo várias audiências ao





# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

longo do ano, tendo ainda reunido com a ASAE e enviado uma carta ao Senhor Primeiro Ministro, onde se solicitava a melhor atenção para as questões ligadas à alteração da Lei da Cópia Privada. Em resposta, foi-nos dito que o assunto fora transmitido ao Gabinete do Secretário de Estado da Cultura.

Depois destas inúmeras iniciativas, não houve qualquer actualização da Lei da Cópia Privada, apesar de a mesma se encontrar contemplada no Programa do Governo. Não restando outra alternativa, foi apresentada pela AGECOP uma denúncia contra o Estado Português por incumprimento das suas obrigações face ao direito da União Europeia.

Resulta assim claro que é indispensável a revisão e alteração da Lei, porque só com a actualização do elenco de suportes e aparelhos abrangidos ela ficará em conformidade com a Convenção de Berna e com a Directiva 2001/29/CE. Para que exista excepção ao direito exclusivo de reprodução por via da cópia privada é necessário compensar os titulares de direitos, atribuindo-lhes uma remuneração equitativa. Sem que tal suceda, a violação da regra dos três passos é flagrante e constitui um desincentivo à criação e à cultura nacionais.

### III. Distribuição

Em Janeiro e Novembro foram feitas as distribuições das quantias cobradas de 1 de Julho de 2012 a 17 de Dezembro de 2012 e de 18 de Dezembro de 2012 a 30 de Novembro de 2013, respectivamente, e dos juros das aplicações financeiras efectuadas, conforme os mapas de distribuição aprovados pela Direcção.



# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Foi posta à disposição dos nossos associados a quantia total de € 990.152,57, após a dedução dos custos de funcionamento prevista nos estatutos e de acordo com as proporções estabelecidas nos Estatutos e na Lei e com os estabelecidos entre os produtores:

✓ SPA	€ 396.061,02
✓ GDA	€ 297.045,77
✓ GEDIPE	€ 157.671,90
✓ AUDIOGEST	€ 139.373,88

Os associados receberam a quantia de € 1.057.307,78, que incluiu € 230.427,57 referentes a 2012.

Por último, o valor dos direitos colocados à disposição dos associados, ainda não reclamados, a 31 de Dezembro de 2013, ascende a € 163.272,36.

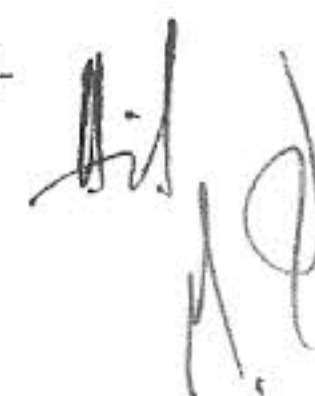
#### IV. Fundo cultural

O total de gastos do fundo cultural no âmbito da AGE COP ascendeu a € 1.889,10.

#### V. Custos de funcionamento

Os custos de funcionamento totais foram de € 225.512,23.

O **Departamento de Reprografia** deve suportar 1,55% dos mesmos, o que corresponde a € 3.488,48.



# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

O **Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual** deve suportar 98,45% dos mesmos, o que equivale a € 222.023,75.

(Tendo sido retida em 2013 a quantia aprovada em orçamento para custos totais, no valor de € 238.040,79, na próxima distribuição será efectuada a respectiva compensação.)

As percentagens referidas resultam da análise da cobrança global da AGE COP em 2013, que ascendeu a € 894.324,60 brutos, equivalentes a € 715.459,68, depois de efectuada a dedução de 20% para o fundo cultural, nos termos da Lei.

## VI. Contabilidade e fiscalidade

A situação contabilística e fiscal da Associação está regularizada, não existindo quaisquer dívidas à Administração Fiscal.

As obrigações declarativas têm sido cumpridas, nos termos definidos pelo Revisor Oficial de Contas, não existindo qualquer irregularidade.

A contabilidade está organizada de acordo com o princípio da existência de centros de imputação de custos, apresentando assim maior rigor para o controlo da gestão.

## VII. Resultados

Nos termos do balanço e dos demais documentos que evidenciam a situação contabilística da Associação, os resultados do presente exercício equivalem a zero, pelo que não se efectua qualquer proposta de aplicação de resultados.

# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

## VIII. Agradecimentos

A Direcção agradece a todos os funcionários e colaboradores por todo o seu empenhamento e dedicação, bem como aos membros dos restantes órgãos sociais que acompanharam em permanência a actividade da AGE COP.

Importa ainda agradecer a todos os Associados por todo o suporte e empenhamento que evidenciaram em todas as ocasiões, nomeadamente nos seus contributos em todas as situações referidas neste Relatório, conducentes à alteração da Lei da Cópia Privada.

Lisboa, 6 de Fevereiro de 2014

### A Direcção

SPA



(João David Nunes)

APEL



(Prata de Oliveira)

AUDIOGEST



(Miguel Carretas)



**ANEXO 1- Valores facturados e recebidos em 2013**

**FACTURADO**

Facturado DCSA Jan-31/12/2013

Documento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total
Juros de Mora													
Nota de Débito			209.360,15	198.581,02	12.101,01	-	164.621,77	-	2.063,37	16.231,42	173.176,97	12.603,91	784.612,88
<b>Total</b>	-	-	<b>209.360,15</b>	<b>198.581,02</b>	<b>12.101,01</b>	-	<b>164.621,77</b>	-	<b>2.063,37</b>	<b>16.231,42</b>	<b>173.176,97</b>	<b>12.603,91</b>	<b>784.612,88</b>

Facturado RPG Jan-31/12/2013

Documento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total
Juros de Mora					255,60				10,01	40,25		564,39	870,25
Nota Débito TA			2.736,94	1.936,99	3.069,12	165,93	1.733,10	49,18	122,55	319,61	-	6,95	10.072,71
<b>Total</b>	-	-	<b>2.736,94</b>	<b>1.936,99</b>	<b>3.324,72</b>	<b>165,93</b>	<b>1.733,10</b>	<b>49,18</b>	<b>132,56</b>	<b>359,86</b>	-	<b>6,95</b>	<b>10.942,96</b>

<b>Total facturado</b>	-	-	<b>212.097,09</b>	<b>200.518,01</b>	<b>15.425,73</b>	<b>165,93</b>	<b>166.354,87</b>	-	<b>2.014,19</b>	<b>16.363,98</b>	<b>173.536,83</b>	<b>12.596,96</b>	<b>510,63</b>	<b>795.555,84</b>
------------------------	---	---	-------------------	-------------------	------------------	---------------	-------------------	---	-----------------	------------------	-------------------	------------------	---------------	-------------------

**RECEBIDO**

Recebido DCSA Jan-31/12/2013

Documento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total
Total Recebido	73.923,97	8.574,27	23.144,14	79.545,35	132.179,84	200.268,12	19.400,19	109.092,47	57.476,61	29.733,28	138.282,60	8.869,28	<b>880.490,12</b>

Recebido RPG Jan-31/12/2013

Documento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total
Total Recebido	486,32	663,73	94,20	1.146,23	3.478,88	850,93	928,61	2.011,59	371,33	2.530,26	149,53	1.122,87	<b>13.834,48</b>

<b>Total Recebido</b>	<b>74.410,29</b>	<b>9.238,00</b>	<b>23.238,34</b>	<b>80.691,58</b>	<b>135.658,72</b>	<b>201.119,05</b>	<b>20.328,80</b>	<b>111.104,06</b>	<b>57.847,94</b>	<b>32.263,54</b>	<b>138.432,13</b>	<b>9.992,15</b>	<b>894.324,60</b>
-----------------------	------------------	-----------------	------------------	------------------	-------------------	-------------------	------------------	-------------------	------------------	------------------	-------------------	-----------------	-------------------

	Jan-31/12/2013	Jan-31/12/2012	Total 2012	Total prev. 2013	Var. à data %	Var. total 2012 %	Var. prev.2013 %
Facturado DCSA	784.612,88	1.208.065,18	1.208.065,18		-35,05%	-35,05%	
Facturado RPG	10.942,96	27.332,71	27.332,71		-59,96%	-59,96%	
<b>Total facturado</b>	<b>795.555,84</b>	<b>1.235.397,89</b>	<b>1.235.397,89</b>	<b>900.000,00</b>	<b>-35,60%</b>	<b>-35,60%</b>	<b>-11,60%</b>
Recebido DCSA	880.490,12	1.179.744,20	1.179.744,20		-25,37%	-25,37%	
Recebido RPG	13.834,48	37.337,87	37.337,87		-62,95%	-62,95%	
<b>Total Recebido</b>	<b>894.324,60</b>	<b>1.217.082,07</b>	<b>1.217.082,07</b>		<b>-26,52%</b>	<b>-26,52%</b>	

1) Não considerados 3.440,89€ pagos em duplicado (919,03€ pela Pixmania e 2.521,86€ pela Sony France)-a devolver



**ANEXO 2 - Análise dos suportes declarados de 2005 a 2013**

SUPORTES DECLARADOS 2005-2013 - Quadro 1

Referência	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
										2005-2013
CD 8	-	20.869,00	40.128,00	32.674,00	19.965,00	1.429,00	2.250,00	1.450,00	160,00	118.926,00
CD 8 cm	77.942,00	54.093,00	5.883,00	2.858,00	-	405,00	290,00	35,00		141.506,00
CD R data	46.160.170,00	47.819.170,00	34.833.258,00	28.791.391,00	19.276.811,00	11.555.121,00	8.409.318,00	7.498.096,00	4.636.944,00	208.980.279,00
CD R Audio	1.080.932,00	1.011.892,00	407.657,00	309.897,00	143.450,00	66.976,00	71.212,00	76.625,00	35.454,00	3.204.095,00
CD RW Data	1.162.182,00	1.346.286,00	1.103.490,00	585.181,00	1.554.011,00	270.393,00	381.434,00	72.919,00	457.236,00	6.933.132,00
CD RW Audio	28.597,00	13.550,00	2.919,00	2.069,00	1.109,00	1.401,00	615,00	470,00	95,00	50.825,00
DVD R	20.119.908,00	26.368.830,00	25.831.517,00	21.772.028,00	16.911.621,00	9.973.913,00	7.573.292,00	5.116.715,00	3.269.604,00	136.937.428,00
DVD RAM	23.773,00	4.002,00	1.985,00	1.633,00	1.555,00	798,00	386,00	659,00	197,00	34.988,00
DVD RW	672.803,00	1.131.918,00	1.011.973,00	919.087,00	648.449,00	365.921,00	323.492,00	276.729,00	71.707,00	5.422.079,00
<b>Total</b>	<b>69.326.307,00</b>	<b>77.770.610,00</b>	<b>63.238.810,00</b>	<b>52.416.818,00</b>	<b>38.556.972,00</b>	<b>22.236.357,00</b>	<b>16.762.289,00</b>	<b>13.043.698,00</b>	<b>8.471.397,00</b>	<b>361.823.258,00</b>

RESUMO SUPORTES DECLARADOS À AGE COP (UNIDADES) - Quadro 2

Referência	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
CD R	47.319.044,00	48.906.024,00	35.286.926,00	29.136.820,00	19.440.227,00	11.623.931,00	8.483.070,00	7.576.206,00	4.672.558,00	-90,13%
CD RW	1.190.779,00	1.359.836,00	1.106.409,00	587.250,00	1.555.120,00	271.794,00	382.049,00	73.389,00	457.331,00	-61,59%
TOTAL CD	48.509.823,00	50.265.860,00	36.393.335,00	29.724.070,00	20.995.347,00	11.895.725,00	8.865.119,00	7.649.595,00	5.129.889,00	
DVD R	20.143.681,00	26.372.832,00	25.833.502,00	21.773.661,00	16.913.176,00	9.974.711,00	7.573.678,00	5.117.374,00	3.269.801,00	-83,77%
DVD RW	672.803,00	1.131.918,00	1.011.973,00	919.087,00	648.449,00	365.921,00	323.492,00	276.729,00	71.707,00	-89,34%
TOTAL DVD	20.816.484,00	27.504.750,00	26.845.475,00	22.692.748,00	17.561.625,00	10.340.632,00	7.897.170,00	5.394.103,00	3.341.508,00	-87,78%
<b>TOTAL</b>	<b>69.326.307,00</b>	<b>77.770.610,00</b>	<b>63.238.810,00</b>	<b>52.416.818,00</b>	<b>38.556.972,00</b>	<b>22.236.357,00</b>	<b>16.762.289,00</b>	<b>13.043.698,00</b>	<b>8.471.397,00</b>	

SUPORTES VENDIDOS GFK (UNIDADES) - Quadro 3

Referência	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
CD R	40.324.236,00	34.552.330,00	29.693.681,00	22.372.027,00	18.191.961,00	13.570.403,00			sem informação
CD RW	970.217,00	1.103.107,00	1.029.243,00	574.339,00	388.130,00	305.529,00			sem informação
TOTAL CD	41.294.453,00	35.655.437,00	30.722.924,00	22.946.366,00	18.580.091,00	13.875.932,00	11.120.632,00	5.612.265,00	
DVD R	17.827.392,00	22.870.484,00	25.178.148,00	22.114.873,00	19.443.407,00	16.334.769,00			sem informação
DVD RW	528.066,00	972.644,00	1.144.463,00	999.982,00	704.219,00	604.944,00			sem informação
TOTAL DVD	18.355.458,00	23.843.128,00	26.322.611,00	23.114.855,00	20.147.626,00	16.939.713,00	13.704.172,00	6.200.417,00	

RATIO COBRANÇA % (QUANTIDADES DECLARADAS VS. MERCADO) - Quadro 4

Referência	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
CD R	117,35	141,54	118,84	130,24	106,86	85,66			sem informação
CD RW	122,73	123,27	107,50	102,25	400,67	88,96			sem informação
TOTAL CD	117,47	140,98	118,46	129,54	113,00	85,73	79,72	136,30	
DVD R	112,99	115,31	102,60	98,46	86,99	61,06			sem informação
DVD RW	127,41	116,38	88,42	91,91	92,08	60,49			sem informação
TOTAL DVD	113,41	115,36	101,99	98,17	87,16	61,04	57,63	87,00	



### ANEXO 3 - Facturação e recebimentos - Audiovisual

Períodos	Facturado					Recebimentos					Valores a receber de clientes	Ratio de cobrança %
	Ate 2010	2011	2012 1)	2013 2)	Total	Ate 2010	2011	2012	2013	Total		
Até ao 2.º trimestre 2006 1)	9.655.706,54		53.196,40		9.708.902,94	9.655.706,54		53.106,23	90,17	9.708.902,94	0,00	100,00
2.º trimestre de 2006	1.152.591,76		16,5		1.152.608,26	1.120.334,95	17.399,70	14.924,11	9,50	1.152.668,26	-60,00	100,01
3.º trimestre de 2006	1.728.905,23				1.728.905,23	1.438.248,22	12.755,01			1.451.003,23	277.902,00	83,93
4.º trimestre de 2006	1.684.712,62		68,25		1.684.780,87	1.610.533,86	28.793,35	63,00	5,25	1.639.395,46	45.385,41	97,31
1.º trimestre de 2007	1.623.323,28		46,13		1.623.369,41	1.623.353,28	-90,00		46,13	1.623.309,41	60,00	100,00
2.º trimestre de 2007 2)	1.388.976,40		25,86	-16.185,19	1.372.817,07	1.371.980,35	810,86		25,86	1.372.817,07	0,00	100,00
3.º trimestre de 2007 2)	1.341.750,48		6,56	-7.575,65	1.334.181,39	1.334.174,83			6,56	1.334.181,39	0,00	100,00
4.º trimestre de 2007	1.483.909,90		4,86		1.483.914,76	1.480.348,51			4,86	1.480.353,37	3.561,39	99,76
1.º trimestre de 2008 2)	1.105.775,66	-5.327,10	47,26	-578,60	1.099.917,22	1.098.248,85		1.621,11	47,26	1.099.917,22	0,00	100,00
2.º trimestre de 2008	932.714,99		61,11		932.776,10	913.352,89		13.923,77	5.499,44	932.776,10	0,00	100,00
3.º trimestre de 2008	983.372,52	1.352,20	12.039,68		996.764,40	983.372,52	907,98	444,22	12.039,68	996.764,40	0,00	100,00
4.º trimestre de 2008 2)	1.193.669,15	2.531,55	31.728,44	-3.480,75	1.224.448,39	1.170.011,10	2.007,44	532,11	29.570,69	1.202.121,34	22.327,05	98,18
1.º trimestre de 2009	972.919,14	1.969,75	14.117,40		989.006,29	941.456,56	1.394,39	1.695,36	69,52	944.615,83	44.390,46	95,51
2.º trimestre de 2009	736.374,39	836,96	29.471,86		766.683,21	705.754,79	9,20	880,26	48,40	706.692,65	59.990,56	92,18
3.º trimestre de 2009	838.376,23	1.748,89	21.442,34	68,88	861.636,34	582.740,66	181.801,25	47.233,86	98,02	811.873,79	49.762,55	94,22
4.º trimestre de 2009	595.190,74	1.912,16	23.596,89		620.699,79	429.672,15	129.813,24	17.746,35	96,25	577.327,99	43.371,80	93,01
1.º trimestre de 2010	758.077,68	2.490,78	6.489,72		767.058,18	581.518,58	134.018,18	37.673,19	33,86	753.243,81	13.814,37	98,20
2.º trimestre de 2010	519.044,71	15.937,73	1.841,97		536.824,41	399.030,29	134.381,17	1.705,01	966,94	536.083,41	741,00	99,86
3.º trimestre de 2010	315.591,42	143.292,39	3.482,59	122,30	462.488,70	283.069,40	172.677,94	686,49	3.511,88	459.945,71	2.542,99	99,45
4.º trimestre de 2010		474.881,40	3.992,94	127,50	479.001,84		476.854,35	708,54	3.948,23	481.511,12	-2.509,28	100,52
1.º trimestre de 2011		341.015,07	5.344,22	494,60	346.853,89		340.387,83	1.912,52	4.197,55	346.497,90	355,99	99,90
2.º trimestre de 2011		318.377,02	2.115,06	36,80	320.528,88		317.578,69	1.236,00	152,58	318.967,27	1.561,61	99,51
3.º trimestre de 2011		359.089,95	5.409,25	37,40	364.536,60		340.891,82	15.452,65	108,90	356.453,37	8.083,23	97,78
4.º trimestre de 2011			315.585,56	55,30	315.640,86			312.703,11	278,17	312.981,28	2.659,58	99,16
1.º trimestre de 2012			272.818,51	138,00	272.956,51			272.254,71	202,11	272.456,82	499,69	99,82
2.º trimestre de 2012			214.511,55	350,68	214.862,23			212.790,38	1.615,15	214.405,53	456,70	99,79
3.º trimestre de 2012			241.218,30	5.541,73	246.760,03			169.790,92	76.892,81	246.683,73	76,30	99,97
4.º trimestre de 2012				217.822,95	217.822,95				216.310,63	216.310,63	1.512,32	99,31
1.º trimestre de 2013				196.577,37	196.577,37				195.012,62	195.012,62	1.564,75	99,20
2.º trimestre de 2013				181.542,65	181.542,65				180.823,28	180.823,28	719,37	99,60
3.º trimestre de 2013				181.616,08	181.616,08				148.777,82	148.777,82	32.838,26	81,92
Juros de mora	19.950,22	12.262,97	660,30	0,00	32.873,49	19.950,22	12.262,97	660,30	0,00	32.873,49	0,00	100,00
<b>Total</b>	<b>29.030.933,06</b>	<b>1.672.371,72</b>	<b>1.259.339,51</b>	<b>756.712,05</b>	<b>32.719.356,34</b>	<b>27.742.858,55</b>	<b>2.304.655,37</b>	<b>1.179.744,20</b>	<b>880.490,12</b>	<b>32.107.748,24</b>	<b>611.608,10</b>	<b>97,75</b>

1) Inclui a quantia de 51.274,33 euros recebida da EMTEC, em resultado do apuramento da sua massa insolvente.

2) Foi deduzida a quantia de 27.900,83 euros, pertencentes a Rui Neiva Unipessoal, Lda., considerados incobráveis na contabilidade

Associação para a Gestão da Cópia Privada

# ACFCCOP

*[Handwritten signature]*



## Balanço

**2**

# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Entidade: AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada  
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

EURO

RUBRICAS		NOTAS	DATAS	
			31-12-2013	31-12-2012
ACTIVO				
Activo não corrente				
Activos fixos tangíveis	5	556,44	1.415,06	
Activos intangíveis	6	1.453,97	5.354,05	
		2.010,41	6.769,11	
Activo corrente				
Outras contas a receber	7	613.404,58	744.175,39	
Diferimentos		1.276,14	1.263,80	
Caixa e depósitos bancários	4	376.203,70	988.635,09	
		990.884,42	1.734.074,28	
Total do activo		992.894,83	1.740.843,39	
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Dotação inicial	8	2.494,00	2.494,00	
Resultados transitados	8	23.395,71	23.395,71	
		25.889,71	25.889,71	
Resultado líquido do período	8	0,00	0,00	
Total do capital próprio		25.889,71	25.889,71	
Passivo				
Passivo corrente				
Fornecedores	9	2.003,38	7.933,59	
Estado e outros entes públicos	10	1.046,45	846,73	
Associados	11	263.550,24	0,00	
Outras contas a pagar	9	700.405,05	1.706.173,36	
		967.005,12	1.714.953,68	
Total do passivo		967.005,12	1.714.953,68	
Total do capital próprio e do passivo		992.894,83	1.740.843,39	

Direcção

Técnico Oficial de Contas

# **Demonstração de Resultados por Naturezas**

**3**



# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

**Entidade: AGE COP – Associação para a Gestão da Cópia Privada**

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**

**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
Fornecimentos e serviços externos	13	-106.857,75	-251.425,39
Gastos com o pessoal	14	-114.871,27	-22.939,37
Outros rendimentos e ganhos	12	227.488,70	282.294,09
Outros gastos e perdas		-800,00	-950,00
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		4.959,68	6.979,33
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	-4.959,68	-6.979,33
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
<b>Resultado antes de impostos</b>		0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		0,00	0,00

Direcção

Técnico Oficial de Contas

*Esq. 123*

# **Demonstração dos Fluxos de Caixa**

**4**

Entidade: AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de entidades contribuintes:			
Audiovisual		880.490,12	1.179.744,20
Reprografia		13.834,48	37.337,87
Pagamentos de direitos		-1.057.307,78	-382.999,83
Disponibilização de fundo cultural - valores entregues		-232.137,17	-338.833,69
Pagamentos a fornecedores		-114.018,75	-250.971,98
Pagamentos ao pessoal		-114.747,34	-21.756,77
Caixa gerada pelas operações		-623.886,44	222.519,80
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos relativos à actividade operacional		11.656,03	14.368,10
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-612.230,41	236.887,90
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-200,98	-457,56
Activos intangíveis		0,00	-3.489,07
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-200,98	-3.946,63
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		-612.431,39	232.941,27
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	988.635,09	755.693,82
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	376.203,70	988.635,09

Direcção

Técnico Oficial de Contas



# **Demonstração da Prestação de Contas do Fundo Cultural**

**5**

# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

**Entidade: AGE COP – Associação para a Gestão da Cópia Privada**

**DEMONSTRAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FUNDO CULTURAL**

**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

EURO

DESCRIÇÃO	2013	2012	%
Disponibilização de fundo cultural:			
SPA	81.713,69	134.144,80	40,00%
GDA	61.285,27	100.608,59	30,00%
GEDIPE	32.530,22	184.854,86	15,92% a)
AUDIOGEST	28.755,05	46.338,22	14,08% a)
<i>Totais</i>	<b>204.284,23</b>	<b>465.946,47</b>	<b>100,00%</b>
Juros das aplicações do fundo cultural:			
SPA	0,00	0,00	
GDA	3.421,69	8.063,75	
GEDIPE	0,00	0,00	
AUDIOGEST	0,00	0,00	
<i>Totais</i>	<b>3.421,69</b>	<b>8.063,75</b>	
Utilização de fundo cultural:			
SPA	40.589,46	222.790,53	
GDA	91.193,00	144.351,82	
GEDIPE	90.042,49	70.010,13	
AUDIOGEST	0,00	25.549,34	
<i>Totais</i>	<b>221.824,95</b>	<b>462.701,82</b>	
Valores não utilizados:			
SPA		83.350,68	
GDA		155.759,75	
GEDIPE		57.530,64	
AUDIOGEST		70.410,85	
<i>Totais</i>		<b>367.051,92</b>	
Em percentagem		<b>7,43%</b>	

a) As quantias de 32.530,22 euros da GEDIPE e 66.729,62 euros e AUDIOGEST a receber em 2014.

Direcção



Técnico Oficial de Contas



# **Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios**

**6**



Entidade: AGE COP – Associação para a Gestão da Cópia Privada  
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2012

EURO

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe				Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Dotação inicial	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total		
Posição no início do período 2012	1 8	2.494,00	23.395,71	0,00	25.889,71	0,00	25.889,71
<b>Alterações no período</b>							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis							
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							
	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>	3			0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Resultado integral</b>	4=2+3			0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Operações com detentores de capital no período</b>							
Realizações de capital							
Realizações de prémios de emissão							
Distribuições							
Entradas para cobertura de perdas							
Outras operações							
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Posição no fim do período 2012</b>	6=1+2+3+5 8	2.494,00	23.395,71	0,00	25.889,71	0,00	25.889,71

Direcção

Técnico Oficial de Contas

AGE COP  
Associação para a Gestão da Cópia Privada

Entidade: AGE COP – Associação para a Gestão da Cópia Privada  
 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2013

EURO

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe				Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Dotação inicial	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total		
Posição no início do período 2013	6 8	2.494,00	23.395,71	0,00	25.889,71	0,00	25.889,71
<b>Alterações no período</b>							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis							
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>	8			0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Resultado integral</b>	9=7+8			0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Operações com detentores de capital no período</b>							
Realizações de capital							
Realizações de prémios de emissão							
Distribuições							
Entradas para cobertura de perdas							
Outras operações	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período 2013	6+7+8+10 8	2.494,00	23.395,71	0,00	25.889,71	0,00	25.889,71

Direcção

Técnico Oficial de Contas

AGE COP  
 Associação para a Gestão da Cópia Privada

## **Anexo às Demonstrações Financeiras**

**7**



## **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

*Exercício de 2013*

### **1. Identificação da entidade:**

- |                             |   |
|-----------------------------|---|
| 1 – Designação da entidade: | AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada  |
| 2 – Sede:                   | Avenida Estados Unidos da América, 94, 7º B, freguesia de Alvalade, em Lisboa   |
| 3 – Natureza da actividade: | A cobrança e gestão das quantias previstas no artigo 82.º do Código do Autor e dos Direitos Conexos regulado pela Lei n.º 62/98, de 1 de Setembro |

A associação tem o número de pessoa colectiva 505.183.994.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Associação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2013.

### **2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:**

#### **2.1 – Referencial contabilístico utilizado:**

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), referencial contabilístico português, publicado em 13 de Julho de 2009 através do Decreto-Lei n.º 158/2009.

#### **2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras:**

As contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

### 3. Principais políticas contabilísticas:

#### 3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

A estrutura conceptual do SNC tem por base as seguintes bases de mensuração: custo histórico, custo corrente, valor realizável, valor presente e justo valor, as quais são aplicadas de forma diferenciada no momento inicial e nos períodos subsequentes. De salientar, no entanto, que o normativo subjacente ao SNC permite diversas bases, tais como: custo histórico, custo corrente, valor realizável líquido, valor presente (ou actual), valor recuperável, valor de uso, custo amortizado, custo presumido, justo valor e valor de mercado.

As demonstrações financeiras da Associação, de uma forma geral, foram preparadas de acordo com o critério base do custo histórico.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

A Associação optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

#### 3.2 – Outras políticas contabilísticas relevantes:

##### Activos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são efectuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Associação considera que reflectem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

Equipamento básico	3 anos
Equipamento administrativo	3-8 anos
Outros activos fixos tangíveis	8 anos



# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

## Valores a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objectiva de que a Associação não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

## Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

## Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

## Impostos sobre o rendimento

A Associação encontra-se isenta de impostos sobre lucros, nos termos do artigo 10.º do Código do IRC.

### 3.3 – Juízos de valor com impacto nas demonstrações financeiras:

Não foram efectuados juízos de valor com impacto nas demonstrações financeiras.

### 3.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro:

A Associação encontra-se sujeita a diversos riscos, quer de mercado, crédito e de liquidez.



A Associação gere o risco de liquidez, tendo por objectivo garantir que, a todo o momento, a entidade mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis, cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

### 3.5 – Principais fontes de incerteza das estimativas:

As NCRF's requerem que sejam efectuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos, utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Associação, são apresentados nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela Associação e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Associação é apresentada nas Notas 3.1 e 3.2.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela Associação o resultado, reportado pela Associação, poderia ser diferente, caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido.

A Direcção considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Associação e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

#### Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efectuada pela sociedade, da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores.

Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

#### Benefícios a empregados – estimativa de férias

A determinação das responsabilidades por benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções salariais. Contudo, as alterações a estes pressupostos não deverão ter um impacto significativo nos valores determinados.

#### **4. Fluxos de caixa:**

4.1 – Comentário da Direcção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Não existem saldos indisponíveis para uso.

4.2 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	2013	2012
Numerário	159,38	178,86
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	149.180,52	172.447,71
Outras disponibilidades	226.863,80	816.008,52
Caixa e seus equivalentes	<b>376.203,70</b>	<b>988.635,09</b>
Caixa e depósitos bancários constantes do balanço	<b>376.203,70</b>	<b>988.635,09</b>
Saldos credores de depósitos evidenciados no passivo	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

## 5. Activos fixos tangíveis:

5.1 – Divulgações por cada classe de activos fixos tangíveis:

### Exercício de 2013

Movimentos	Rubricas			
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Saldo inicial:				
Valor de aquisição	2.820,00	25.201,77	2.845,92	30.867,69
Depreciação acumulada	-2.820,00	-24.142,45	-2.490,18	-29.452,63
Valor líquido inicial	<b>0,00</b>	<b>1.059,32</b>	<b>355,74</b>	<b>1.415,06</b>
Movimentos do ano:				
Aquisições	0,00	200,98	0,00	200,98
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	0,00	-703,86	-355,74	-1.059,60
Total de movimentos	<b>0,00</b>	<b>-502,88</b>	<b>-355,74</b>	<b>-858,62</b>
Saldo final:				
Valor de aquisição	2.820,00	25.402,75	2.845,92	31.068,67
Depreciação acumulada	-2.820,00	-24.846,31	-2.845,92	-30.512,23
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido final	<b>0,00</b>	<b>556,44</b>	<b>0,00</b>	<b>556,44</b>



# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

## Exercício de 2012

Movimentos	Rubricas			Total
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	
Saldo inicial:				
Valor de aquisição	2.820,00	24.744,21	2.845,92	30.410,13
Depreciação acumulada	-2.820,00	-21.127,38	-2.134,44	-26.081,82
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido inicial	<b>0,00</b>	<b>3.616,83</b>	<b>711,48</b>	<b>4.328,31</b>
Movimentos do ano:				
Aquisições	0,00	457,56	0,00	457,56
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	0,00	-3.015,07	-355,74	-3.370,81
Total de movimentos	<b>0,00</b>	<b>-2.557,51</b>	<b>-355,74</b>	<b>-2.913,25</b>
Saldo final:				
Valor de aquisição	2.820,00	25.201,77	2.845,92	30.867,69
Depreciação acumulada	-2.820,00	-24.142,45	-2.490,18	-29.452,63
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido final	<b>0,00</b>	<b>1.059,32</b>	<b>355,74</b>	<b>1.415,06</b>

As bases de mensuração utilizadas dos activos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha recta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos, conforme descrito na Nota 3.2.

5.2 – Existência e quantias de restrições de titularidade de activos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:

Não existe qualquer restrição à titularidade de activos fixos tangíveis.

# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

## 6. Activos intangíveis:

6.1 – Divulgações por cada classe de activos intangíveis:

### Exercício de 2013

Movimentos	Rubricas	
	Programas de computador	Total
Saldo inicial:		
Valor de aquisição	11.698,92	11.698,92
Depreciação acumulada	-6.344,87	-6.344,87
Imparidade acumulada	0,00	0,00
Valor líquido inicial	<b>5.354,05</b>	<b>5.354,05</b>
Movimentos do ano:		
Aquisições	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00
Depreciação do exercício	-3.900,08	-3.900,08
Imparidade do exercício	0,00	0,00
Total de movimentos	<b>-3.900,08</b>	<b>-3.900,08</b>
Saldo final:		
Valor de aquisição	11.698,92	11.698,92
Depreciação acumulada	-10.244,95	-10.244,95
Imparidade acumulada	0,00	0,00
Valor líquido final	<b>1.453,97</b>	<b>1.453,97</b>

# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

## Exercício de 2012

Movimentos	Rubricas	
	Programas de computador	Total
Saldo inicial:		
Valor de aquisição	8.209,85	8.209,85
Depreciação acumulada	-2.736,35	-2.736,35
Imparidade acumulada	0,00	0,00
Valor líquido inicial	<b>5.473,50</b>	<b>5.473,50</b>
Movimentos do ano:		
Aquisições	3.489,07	3.489,07
Alienações	0,00	0,00
Depreciação do exercício	-3.608,52	-3.608,52
Imparidade do exercício	0,00	0,00
Total de movimentos	<b>-119,45</b>	<b>-119,45</b>
Saldo final:		
Valor de aquisição	11.698,92	11.698,92
Depreciação acumulada	-6.344,87	-6.344,87
Imparidade acumulada	0,00	0,00
Valor líquido final	<b>5.354,05</b>	<b>5.354,05</b>

Os activos intangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha recta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos que ascenda a 3 anos. Foram transferidos de activos tangíveis em curso.

## **7. Outras contas a receber:**

7.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de activos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Associação encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.





O detalhe das outras contas a receber apresenta-se como segue:

Natureza	2013	2012
Entidades reprografia	5.150,38	7.688,89
Entidades audiovisual	608.167,21	735.386,17
Outros devedores	86,99	1.100,33
	<b>613.404,58</b>	<b>744.175,39</b>
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00
Total líquido	<b>613.404,58</b>	<b>744.175,39</b>

A Associação entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

#### 8. Capital Próprio:

A variação ocorrida, nos anos de 2012 e 2013, no Capital próprio encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das alterações no Capital Próprio.

#### 9. Fornecedores e outras contas a pagar:

9.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de activos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Associação encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

O detalhe da rubrica de fornecedores apresenta-se como segue:

Natureza	2013	2012
Fornecedores conta corrente	2.003,38	7.933,59
Total	<b>2.003,38</b>	<b>7.933,59</b>

A rubrica de outras contas a pagar apresenta-se como segue:

Natureza	2013	2012
Credores por acréscimos	2.861,04	4.067,91
	<b>2.861,04</b>	<b>4.067,91</b>
Outros credores:		
Remunerações devidas (*)	616.781,33	743.450,92
Direitos a distribuir	55.832,32	764.800,16
Juros a distribuir	2.893,43	17.618,26
Fundo cultural	21.134,08	175.245,89
Outros	902,85	990,22
	<b>697.544,01</b>	<b>1.702.105,45</b>
Total	<b>700.405,05</b>	<b>1.706.173,36</b>

(\*) Valores facturados ainda não cobrados.

**10. Estado e outros entes públicos:**

A rubrica de Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

Natureza	2013		2012	
	Activo correntes	Passivo corrente	Activo correntes	Passivo corrente
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Retenções de imposto sobre o rendimento	0,00	652,13	0,00	473,94
Contribuições para a Segurança Social	0,00	394,32	0,00	372,79
Total	<b>0,00</b>	<b>1.046,45</b>	<b>0,00</b>	<b>846,73</b>

**11. Associados:**

Os valores a pagar a associados respeitam aos seguintes saldos:

Descrição	2013	2012
Direitos colocados à disposição dos associados ainda não reclamados:		
Audiogest	76.607,39	0,00
Gedipe	86.664,97	0,00
	<b>163.272,36</b>	<b>0,00</b>
Fundo cultural colocado à disposição dos associados ainda não reclamado:		
Audiogest	67.747,66	0,00
Gedipe	32.530,22	0,00
	<b>100.277,88</b>	<b>0,00</b>
Total	<b>263.550,24</b>	<b>0,00</b>





## 12. Rédito:

12.1 – Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviços.

O rédito compreende o justo valor dos outros rendimentos e ganhos.

12.2 – Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Natureza	2013	2012
Outros rendimentos e ganhos:		
Dedução de custos de funcionamento (*)	225.512,23	205.588,21
Fundo Cultural	1.889,10	76.705,88
Outros	87,37	0,00
<b>Total de outros rendimentos e ganhos</b>	<b>227.488,70</b>	<b>282.294,09</b>

(\*) Nos termos do n.º 2 do Artigo 7.º da Lei n.º 62/98, de 1 de Setembro, alterada pela Lei n.º 50/2004, de 24 de Agosto.

## 13. Fornecimentos e serviços externos:

Os fornecimentos e serviços externos apresentam o seguinte detalhe:

Natureza	2013	2012
Trabalhos especializados	73.792,63	75.271,47
Honorários	15.378,74	20.567,66
Rendas e alugueres	9.769,80	16.830,66
Limpeza, higiene e conforto	1.887,93	2.118,54
Comunicação	1.878,88	2.960,81
Deslocações e estadas e transportes	978,75	6.561,29
Material de escritório	744,83	875,63
Subcontratos	0,00	123.568,88
Diversos	2.426,19	2.670,45
<b>Total</b>	<b>106.857,75</b>	<b>251.425,39</b>

## 14. Gastos com o pessoal:

Os gastos com o pessoal apresentam o seguinte detalhe:

Natureza	2013	2012
Remunerações do pessoal	46.781,45	17.278,32
Indemnizações do pessoal	56.226,10	0,00
Encargos sobre remunerações	9.994,89	4.353,66
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	320,72	277,72
Outros gastos com o pessoal	1.548,11	1.029,67
Total	<b>114.871,27</b>	<b>22.939,37</b>

Durante o exercício de 2013, o número médio de pessoas ao serviço da Associação foi de 2 funcionários.

Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.

## 15. Acontecimentos após a data do balanço:

### 15.1 – Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou.

A Direcção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório de gestão.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

As associadas detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

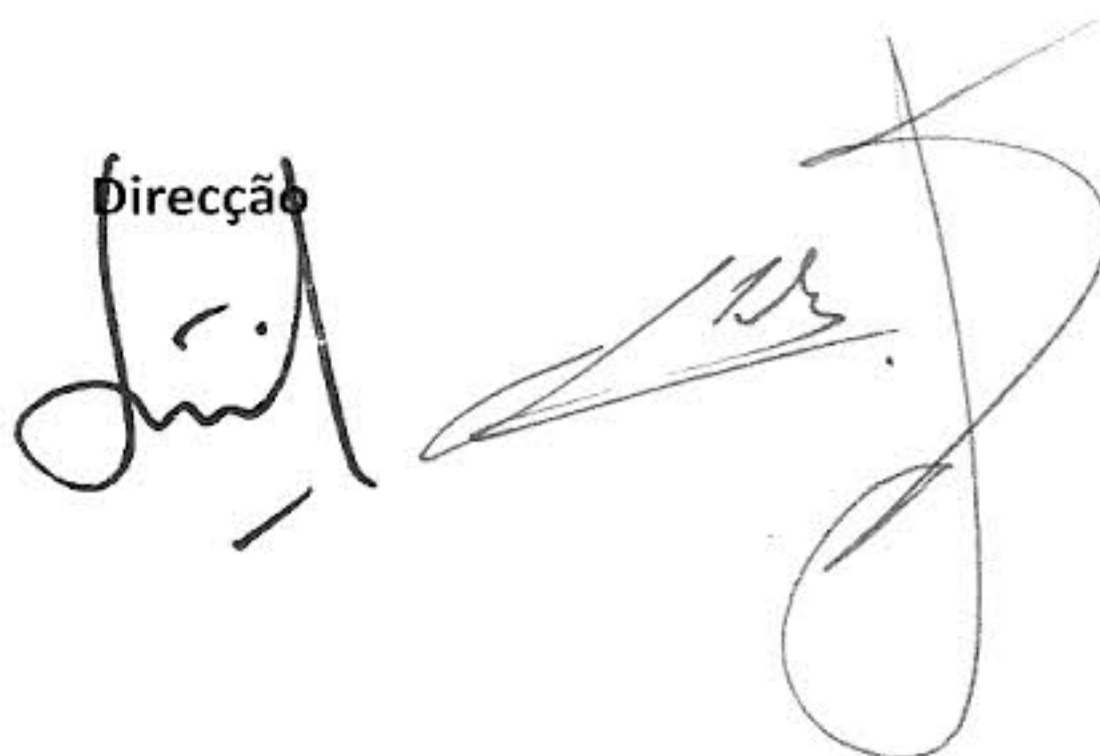
# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

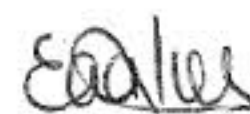
15.2 – Actualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram actualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

Direcção



Técnico Oficial de Contas





# **Certificação Legal das Contas**

**8**



## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

### **INTRODUÇÃO**

1. Examinámos as demonstrações financeiras da AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 992.895 euros e um total de capital próprio de 25.890 euros, incluindo um resultado líquido nulo), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### **RESPONSABILIDADES**

2. É da responsabilidade da Direcção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Associação e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### **ÂMBITO**

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direcção, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório da direcção com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada em 31 de Dezembro de 2013 e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

#### RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório da direcção é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 2014

**FLORIANO, CHAVES & ASSOCIADOS**  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
representada Paulo Dinis Delgado Chaves - ROC



Handwritten signature and initials.

## **Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**

**9**

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Associados da,  
AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada  
Lisboa

Em cumprimento da alínea b) artigo 17.º dos Estatutos da Associação temos o prazer de apresentar o Relatório relativo à nossa acção fiscalizadora, assim como o nosso Parecer sobre o relatório e contas apresentados pela Direcção relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

No desempenho das suas funções o Conselho Fiscal acompanhou a actividade da vossa Associação através da informação financeira e dos esclarecimentos prestados quer pela Direcção quer pelos Serviços. Por outro lado, o Conselho Fiscal, no âmbito da apreciação do relatório e contas referente ao exercício de 2013 apresentado pela Direcção, vigiou a observância da lei e dos estatutos, efectuou as verificações julgadas necessárias nas circunstâncias e comprovou a adequação dos critérios valorimétricos adoptados.

Após o encerramento das Contas, o Conselho Fiscal procedeu à apreciação das mesmas e do relatório de gestão elaborado pela Direcção, o qual traduz, de modo adequado, a actividade, evolução e a situação da vossa Associação.

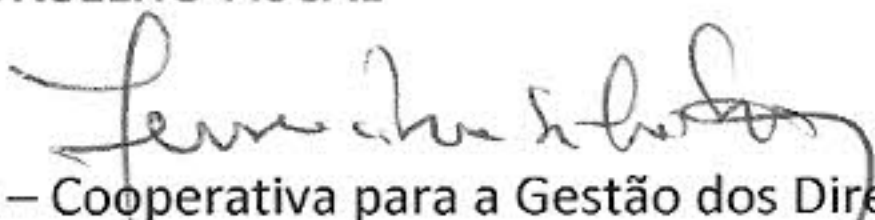
O Conselho Fiscal apreciou também a Certificação Legal das Contas elaborada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas TOCHA, CHAVES & ASSOCIADOS decorrente do exame por si realizado, a qual, merecendo a nossa concordância, deve ser considerada como fazendo parte integrante deste Relatório.

Como consequência do trabalho efectuado e tendo em consideração o conteúdo da Certificação Legal das Contas, o Conselho Fiscal é de PARECER que:


1. O Relatório de Gestão apresentado pela Direcção deve ser aprovado.
2. As Contas apresentadas pela Direcção devem ser aprovadas.
3. A proposta de aplicação de resultados apresentada pela Direcção deve ser aprovada.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 2014

### **O CONSELHO FISCAL**

  
GDA – Cooperativa para a Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes  
ou Executantes, representada por Dr.ª Teresa Oliveira - Presidente

  
GESTAUTOR – Associação de Gestão Colectiva de Direito de Autor,  
representada por Dr.ª Adelaide Menezes Leitão - Vogal

  
TOCHA, CHAVES & ASSOCIADOS - SROC, representada  
por Paulo Dinis Delgado Chaves, ROC - Vogal